

09 | 2024

BOLETIM MUNICIPAL

Município de
Alfândega da Fé



■ ÍNDICE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A.1 4ª SESSÃO ORDINÁRIA-30/09/2024	3
--	---

CÂMARA MUNICIPAL

B.1 REUNIÃO DE CÂMARA N.17	4
A.2 REUNIÃO DE CÂMARA N.18	6
A.2 REUNIÃO DE CÂMARA N.19 Extraordinária	12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A.1 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2024

Resumo das Deliberações

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, pelas dezoito horas e oito minutos no Auditório Dr. Manuel Faria na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, tendo tomado as seguintes decisões:

1. Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tomado conhecimento.

2. Dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

3. Relatório de Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da Lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM e adenda ao Contrato—2º Trimestre de 2023—para CONHECIMENTO.

Tomado conhecimento.

4. Parecer do Revisor Oficial de Contas, Relativo ao Plano de Ajustamento Municipal, Monitorização da execução a 30/6/2024—para CONHECIMENTO.

Tomado conhecimento.

5. Relatório de acompanhamento a 30 de junho de 2024—para CONHECIMENTO.

Tomado conhecimento.

6. Proposta de Participação variável do IRS para 2025 e a cobrar em 2026—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

7. Proposta de Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - ano 2025—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

8. Proposta para Fixar taxa de Derrama a aplicar em 2025—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

9. Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) - Proposta de percentual a aplicar em 2025, Aprovação pelo órgão executivo, e envio ao órgão deliberativo para se pronunciar nos termos da alínea ccc) do nº 1, do artigo 330, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º, da lei 75/2013, de 12 de setembro—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

10. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Assistente Operacional / Assistente Operacional, na área de Auxiliar de Serviços Gerais—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

11. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Assistente Operacional / Assistente Operacional, na área de Pedreiro—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

12. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 3 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Auxiliares de Ação Educativa—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

13. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 2 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Jardineiros / Cantoneiros de Limpeza—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

14. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 2 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Condutores de Máquinas e Veículos Especiais—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

15. 15ª Alteração—2.ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2024—2029—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

16. Proposta de deliberação para aprovação e submissão à Assembleia Municipal de aprovação de minuta de acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelo Município, enquanto autoridade de transportes—para APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade.

17. Setor de Ordenamento do Território e Urbanismo—Delimitação de 30 Áreas de Reabilitação Urbana, abrangendo cada uma das 30 localidades do concelho: “Zona Histórica de Alfândega da Fé”, “Agrobom”, “Cabreira”, “Castelo”, “Cerejais”, “Colmeais”, “Covelas”, “Eucísia”, “Felgueiras”,

“Ferradosa”, “Gebelim”, “Gouveia”, “Legoinha”, “Parada”, “Picões”, “Pombal”, “Saldonha”, “Sambade”, “Santa Justa”, “Sardão”, “Sendim da Ribeira”, “Sendim da Serra”, “Soeima”, “Valpereiro”, “Vales”, “Valverde”, “Vila Nova”, “Vilarchão”, “Vilares da Vilariça” e “Vilarelhos” - para DELIBERAÇÃO (competência própria da AM, prevista no n.º 1 do artigo 13.º do DL 307/2009).

Aprovado por Unanimidade.

■ CÂMARA MUNICIPAL

A.1 REUNIÃO DE CÂMARA N. 17

Resumo das Deliberações

Reunião de Câmara realizada na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, a 10 de setembro de 2024. Estiveram presentes:

-EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente;

-MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA, Vice-Presidente;

-RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, Vereador;

-JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereador.

Faltou, por motivo justificado, o Senhor Vereador VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO.

Presidiu a reunião, o Presidente Eduardo Manuel dobrões Tavares. Secretariou a reunião Helena Margarida Castilho Simões, Coordenadora Técnica.

1. Associação Musical de Alfândega da Fé – pedido de apoio financeiro – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, atribuir um apoio financeiro à Associação Musical de Alfândega da Fé, no valor de €7.500.00 (sete mil e quinhentos euros) para ajudar a levar a cabo as atividades descritas no Plano de atividades

para o ano de 2024, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4786 (quatro mil setecentos e oitenta e seis) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

2. Associação Musical de Alfândega da Fé – pedido de apoio financeiro – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, atribuir um apoio financeiro à Associação Musical de Alfândega da Fé, no valor de €770.00 (setecentos e setenta euros), para fazer face à despesa de aquisição de livros para a escola de música, de acordo com o ofício registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4809 (quatro mil oitocentos e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

3. Inteligência Local, Associação para a Regeneração, Desenvolvimento e Governança das Economias Locais – pedido de apoio financeiro – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, atribuir um apoio financeiro à Inteligência Local, Associação para a Regeneração, Desenvolvimento e Governança das Economias Locais, no valor de €5.000.00 (cinco mil euros), para ajudar a fazer face às despesas do Festival Circ' Bô, de acordo com o ofício registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4772 (quatro mil setecentos e setenta e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

4 Junta de Freguesia de Vilarchão – pedido de apoio financeiro – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, atribuir um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Vilarchão, no valor de €7.200.00 (sete mil e duzentos euros), para ajudar na concretização das várias atividades descritas no ofício registado na

aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4942 (quatro mil novecentos e quarenta e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

5. Junta de Freguesia de Vilarchão – pedido de apoio financeiro – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, atribuir um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Vilarchão, no valor de €4.240.00 (quatro mil, duzentos e quarenta euros), para pagamento da retroescavadora no arranjo de caminhos agrícolas, de acordo com o ofício registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4943 (quatro mil novecentos e quarenta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

6. Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a MOVHERA e o Município de Alfândega da Fé – Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor – Zona de Fruição de Santo Antão da Barca – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, aprovar o aditamento do referido Protocolo, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5197 (cinco mil cento e noventa e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

7. Minuta do Protocolo de Colaboração “Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor - Município de Alfândega da Fé, União das Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira, Freguesia dos Cerejais e Confraria do Santo Antão da Barca – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, aprovar a minuta do referido Protocolo, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5196 (cinco mil cento e noventa e

seis) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

8. Modificações aos Documentos previsionais de 2024 - 13ª Alteração - 12ª Alteração Permutativa ao OM/GOPS 2024—para CONHECIMENTO.

A Câmara Municipal TOMOU CONHECIMENTO

do teor da informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5083 (cinco mil e oitenta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

9. Empreitada de execução da “Zona de Fruição Fluvial de Santo Antão da Barca” – Relatório Preliminar e Audiência Prévia – para RATIFICAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE dos presentes, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente, através de despacho por si proferido em 23-08-2024, que aprova o Relatório Preliminar da referida empreitada, anexo à informação da Divisão de Obras e Planeamento (DOP), registada aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4964 (quatro mil, novecentos e sessenta e quatro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

A.2 REUNIÃO DE CÂMARA N. 18

Resumo das Deliberações

Reunião de Câmara realizada na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, a 24 de setembro de 2024. Estiveram presentes:

-EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente;

-RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, Vereador;

-VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO, Vereador;

-JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereador.

Faltou, por motivo justificado, a Senhora Vice-Presidente MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA.

Presidiu a reunião, o Presidente Eduardo Manuel

Dobrões Tavares. Secretariou a reunião Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior.

1. Concurso Público para a Cedência Temporária de Espaços Municipais para a Instalação de Painéis Fotovoltaicos – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação do Gabinete de Apoio ao Executivo, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5433 (cinco mil quatrocentos e trinta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar a abertura do referido Concurso, bem como aprovar as respetivas peças procedimentais (caderno de encargos e Programa do Procedimento), anexas à referida informação.

2. Atribuição do Lote 50 da Zona Industrial por ajuste direto à empresa Camaleão Verde Unipessoal, Lda., ao abrigo do artigo F-12º nº 3 do Código Regulamentar para o Desenvolvimento Sócio-Económico do Concelho de Alfândega da Fé – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por MAIORIA, dos presentes, com dois votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Vítor Bebiano e José Almendra, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5256 (cinco mil duzentos e cinquenta e seis) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), considerar o projeto apresentado pela empresa Camaleão Verde Unipessoal, Lda, de relevante interesse local e por conseguinte a atribuição do lote nº 50, por ajuste direto, ao abrigo do nº3 do artigo 12º da Parte F do Código Regulamentar para o Desenvolvimento Sócio-Económico de Alfândega da Fé, cujo preço de venda é fixado

em €6.212,20 (seis mil duzentos e doze euros e vinte cêntimos).

3. Lote 10 da Zona Industrial de Alfândega da Fé – Alteração do preço de venda – para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5384 (cinco mil trezentos e oitenta e quatro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar a alteração do preço de venda do Lote nº 10 (dez) da Zona Industrial de Alfândega da Fé de €2.886,98 (dois mil oitocentos e oitenta e seis euros e noventa e oito cêntimos para €4.078,98 (quatro mil e setenta e oito euros e noventa e oito cêntimos).

4. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Assistente Operacional / Assistente Operacional, na área de Auxiliar de Serviços Gerais – para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5501 (cinco mil quinhentos e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), propor, nos termos previstos no art. 33º, n.º 1, al. ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no art. 30.º, n.º 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, à ASSEMBLEIA MUNICIPAL a autorização da abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Operacional, na área de Auxiliar de Serviços Gerais, condicionado ao Parecer Prévio Vinculativo Favorável do FAM, con-

forme determina o art. 30.º, n.º 5, LOE 2024, na sequência do lugar não ter sido ocupado por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento deste lugar. Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5457 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), propor, nos termos previstos no art. 33º, n.º 1, al. ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no art. 30.º, n.º 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, à ASSEMBLEIA MUNICIPAL a autorização da abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Operacional, na área de Pedreiro, condicionado ao Parecer Prévio Vinculativo Favorável do FAM, conforme determina o art. 30.º, n.º 5, LOE 2024, na sequência do lugar não ter sido ocupado por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento deste lugar.

5. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 1 Assistente Operacional / Assistente Operacional, na área de Pedreiro – para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e

Expediente da Medidata sob o nº 5457 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), propor, nos termos previstos no art. 33º, n.º 1, al. ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no art. 30.º, n.º 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, à ASSEMBLEIA MUNICIPAL a autorização da abertura de Procedimento de Recrutamento para um Assistente Operacional, na área de Pedreiro, condicionado ao Parecer Prévio Vinculativo Favorável do FAM, conforme determina o art. 30.º, n.º 5, LOE 2024, na sequência do lugar não ter sido ocupado por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento deste lugar.

6. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 3 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Auxiliares de Ação Educativa – para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5506 (cinco mil quinhentos e seis) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), propor, nos termos previstos no art. 33º, n.º 1, al. ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no art. 30.º, n.º 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, à ASSEMBLEIA MUNICIPAL a autorização da abertura de Procedimento de Recrutamento para três Assistentes Operacionais, na área

de Auxiliar de Ação Educativa, condicionado ao Parecer Prévio Vinculativo Favorável do FAM, conforme determina o art. 30.º, n.º 5, LOE 2024, na sequência dos lugares não terem sido ocupado por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares.

7. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 2 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Jardineiros / Cantoneiros de Limpeza – para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5483 (cinco mil quatrocentos e oitenta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), propor, nos termos previstos no art. 33º, n.º 1, al. ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no art. 30.º, n.º 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, à ASSEMBLEIA MUNICIPAL a autorização da abertura de Procedimento de Recrutamento para dois Assistentes Operacionais, na área de Jardineiro/Cantoneiro de Limpeza, condicionado ao Parecer Prévio Vinculativo Favorável do FAM, conforme determina o art. 30.º, n.º 5, LOE 2024, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes

lugares.

8. Pedido de Autorização de Abertura de Procedimento de Recrutamento para 2 Assistentes Operacionais / Assistentes Operacionais, na área de Condutores de Máquinas e Veículos Especiais – para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5488 (cinco mil quatrocentos e oitenta e oito) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), propor, nos termos previstos no art. 33º, n.º 1, al. ccc), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no art. 30.º, n.º 2, da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE 2024), aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, à ASSEMBLEIA MUNICIPAL a autorização da abertura de Procedimento de Recrutamento para dois Assistentes Operacionais, na área de Condutor de Máquinas e Veículos Especiais, condicionado ao Parecer Prévio Vinculativo Favorável do FAM, conforme determina o art. 30.º, n.º 5, LOE 2024, na sequência dos lugares não terem sido ocupados por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, os encargos com o recrutamento em causa estarem previstos no Orçamentos dos serviços e ser imprescindível o recrutamento destes lugares.

9. Aprovação de minuta de acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais relativo ao financiamento do exercício pe-

la Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes das competências nela delegadas pelo Município, enquanto autoridade de transportes – para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Retirado da ordem do dia.

10. Modificações aos Documentos previsionais de 2024 - 14ª Alteração - 13ª Alteração Permutativa ao OM/GOPS 2024 - para CONHECIMENTO.

A Câmara Municipal TOMOU CONHECIMENTO do teor da informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5418 (cinco mil quatrocentos e dezoito) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

11. Proposta de Participação variável do IRS para 2025 e a cobrar em 2026 – para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5289 (cinco mil duzentos e oitenta e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar, a fixação da participação na percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal no concelho de Alfândega da Fé relativamente aos rendimentos do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), a cobrar em 2026 (dois mil e vinte e seis), como proposta a submeter à próxima sessão da ASSEMBLEIA MUNICIPAL também para aprovação.

12. Proposta de Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - ano 2025 - para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes,

conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5301 (cinco mil trezentos e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar e solicitar à ASSEMBLEIA MUNICIPAL o seguinte:

1. a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,38%, (zero vírgula trinta e oito por cento), como medida de desagravamento deste imposto, para os prédios urbanos, conforme alínea c), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas;

2. a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,8% (zero vírgula oito por cento) para os prédios rústicos, conforme alínea a), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas.

13. Proposta para Fixar Taxa de Derrama a aplicar em 2024 - para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, aprovar, nos termos da proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5287 (cinco mil duzentos e oitenta e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), o lançamento em 2025 (dois mil e vinte e cinco) de uma Derrama de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), como proposta a enviar à próxima sessão da ASSEMBLEIA MUNICIPAL, também para aprovação.

14. Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) – Proposta de percentual a aplicar em 2025, Apro-

vação pelo órgão executivo, e envio ao órgão deliberativo para se pronunciar nos termos da alínea ccc) do nº 1, do artigo 330, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º, da lei 75/2013, de 12 de setembro - para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5299 (cinco mil duzentos e noventa e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar a proposta de percentual a aplicar em 2025 (dois mil e vinte e cinco), em 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), como proposta a enviar à próxima sessão da ASSEMBLEIA MUNICIPAL para aprovação.

15. Relatório de acompanhamento a 30 de junho de 2024 – para CONHECIMENTO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

A Câmara Municipal TOMOU CONHECIMENTO do teor do referido Relatório, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5413 (cinco mil quatrocentos e treze) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) e submeteu-o à próxima sessão da ASSEMBLEIA MUNICIPAL também para conhecimento.

16. Parecer do Revisor Oficial de Contas, Relativo ao Plano de Ajustamento Municipal, Monitorização da execução a 30/6/2024- para CONHECIMENTO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

A Câmara Municipal TOMOU CONHECIMENTO do teor do referido Parecer, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5415 (cinco mil quatrocentos e cinco) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) e

submeteu-o à próxima sessão da ASSEMBLEIA MUNICIPAL também para conhecimento.

17. Empreitada de execução da “Zona de Fruição Fluvial de Santo Antão da Barca” - Relatório Final / Proposta de Adjudicação / Minuta Contrato - para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5462 (cinco mil quatrocentos e sessenta e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar o seguinte:

1. Todas as propostas contidas no relatório final elaborado pelo Júri do procedimento, designadamente a adjudicação da empreitada;
2. A minuta do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 98º do CCP, a celebrar no âmbito do procedimento contratual objeto;
3. A designação do Engº Toni Azevedo como Gestor do Contrato, nos termos do nº 1 do artigo 290º -A do CCP.

18. Setor de Ordenamento do Território e Urbanismo - Delimitação de 30 Áreas de Reabilitação Urbana, abrangendo cada uma das 30 localidades do concelho: "Zona Histórica de Alfândega da Fé", "Agrobom", "Cabreira", "Castelo", "Cerejais", "Colmeais", "Covelas", "Eucísia", "Felgueiras", "Ferradosa", "Gebelím", "Gouveia", "Legoinha", "Parada", "Picões", "Pombal", "Saldonha", "Sambade", "Santa Justa", "Sardão", "Sendim da Ribeira", "Sendim da Serra", "Soeima", "Valpereiro", "Vales", "Valverde", "Vila Nova", "Vilarchão", "Vilares da Vilariça" e "Vilarelhos" - para VALIDAÇÃO da Câmara Municipal e remessa à Assembleia Municipal para DELIBERAÇÃO

(competência própria da AM, prevista no n.º 1 do artigo 13.º do DL 307/2009).

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão de Urbanismo e Território, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5482 (cinco mil quatrocentos e oitenta e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), propor à ASSEMBLEIA MUNICIPAL a aprovação da delimitação das 30 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) do Município de Alfândega da Fé, devidamente identificadas na referida informação e documento anexo à mesma.

19. Setor de Licenciamento - processo PC.21/24 - CPR.225/24 - Emissão de parecer favorável quanto à constituição de compropriedade / fracionamento de 1 prédio rústico (artigo n.º 946 - "Adoneta", Alfândega da Fé, da Freguesia de Alfândega da Fé), requerido conforme NIPG 4174/24 - para CONHECIMENTO (competência VU-44, sub-delegada no Vereador do Urbanismo e Território).

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

20. Setor de Licenciamento - processo PC.22/24 - CPR.234/24 - Emissão de parecer favorável quanto à constituição de compropriedade / fracionamento de 1 prédio rústico (artigo n.º 773 - "Aldeiros", Soeima, da União de Freguesias Gebelím e Soeima), requerido conforme NIPG 4299/24 - para CONHECIMENTO (competência VU-44, sub-delegada no Vereador do Urbanismo e Território).

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

21. Setor de Licenciamento - processo PC.23/24 - CPR.235/24 - Emissão de parecer favorável quanto à constituição de compropriedade / fracionamento de 1 prédio rústico (artigo n.º 946 - "Vila", Alfândega da Fé, da Freguesia de Alfândega da

Fé), requerido conforme NIPG 4309/24-para CO-NHECIMENTO (competência VU-44, subdelegada no Vereador do Urbanismo e Território).

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

22. Realojamento urgente e temporário em habitação adquirida no âmbito do 1º Direito, ao requerente com o NIPG 4511/24 - para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5463 (cinco mil quatrocentos e sessenta e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar o realojamento urgente e temporário da família do requerente com o NIPG 4511/24, na habitação sita na Rua 13 de janeiro, s/n, na freguesia de Alfândega da Fé, que se encontra devoluta e é propriedade do Município, cujo valor da renda apoiada é €33,95 (trinta e três euros e noventa e cinco cêntimos).

23. Atualização do Protocolo de colaboração entre o Município de Alfândega da Fé e a Associação DIGNITUDE - para APROVAÇÃO.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5458 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e oito) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovar a celebração do referido protocolo, nos termos e de acordo com a minuta apresentada, anexa à referida informação, ficando assim revogada a adenda ao protocolo assinado em 2022 (dois mil e vinte e dois).

A.3 REUNIÃO DE CÂMARA N. 19 Extraordinária

Resumo das Deliberações

Reunião de Câmara Extraordinária realizada na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, a 26 de setembro de 2024.

Estiveram presentes:

-EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente;

-RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, Vereador;

-VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO, Vereador;

-JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereador.

Faltou, por motivo justificado, a Senhora Vice-Presidente MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA.

Presidiu a reunião, o Presidente Eduardo Manuel dobrões Tavares. Secretariou a reunião Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior.

1. 15ª Alteração - 2ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2024 -2029 - para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a Proposta de 15ª Alteração - 2ª Alteração orçamental modificativa ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2024-2029, conforme consta na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5590 (cinco mil quinhentos e noventa) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

2. Aprovação de minuta de acordo de financiamento entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais relativo ao financiamento do exercício pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes das competências nela delegadas pelo Município, enquanto autoridade de transportes - para APROVAÇÃO e SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Deliberado, por UNANIMIDADE, dos presentes, aprovar e submeter à ASSEMBLEIA MUNICIPAL para autorização, o seguinte:

1. Nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Acordo de Financiamento, entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, relativo ao financiamento do exercício pela COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES das competências nela delegadas pelos referidos municípios, nos termos da minuta constante do Anexo II à proposta apresentada, como é o caso deste município, de acordo com o modelo e critérios de repartição descritos no Estudo constante do Anexo III à referida proposta;

2. Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e o compromisso plurianual no montante de 1.652.906,76 €, com IVA incluído, para o período de 2025 a 2029, com a repartição dos encargos financeiros;

3. Para a despesa plurianual, conforme a Norma

de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

3. Parecer prévio do FAM para abertura de 5 (cinco) procedimentos concursais para recrutamento de 9 (nove) trabalhadores no Município de Alfândega da Fé - para CONHECIMENTO E CONFIRMAÇÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24-09-2024.

A Câmara Municipal TOMOU CONHECIMENTO do parecer prévio favorável, confirmando assim as deliberações tomadas relativamente aos pontos 4, 5, 6, 7 e 8 da ordem do dia da reunião ordinária da Câmara Municipal de 24-09-2024, submetendo-o à ASSEMBLEIA MUNICIPAL, como complemento para a tomada de decisão das alíneas j), k), l), m) e n) do Ponto 3 da ordem de trabalhos da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2024.